

Processo nº : 623/2001/001/2001

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 245/2001

Apresentada por *MODECOR Indústria e Comércio Ltda.*

PARECER JURÍDICO

I) Relatório:

1 – O empreendimento *MODECOR Indústria e Comércio Ltda.*, já qualificado nos autos, foi autuado como incurso no artigo 19, § 3º, item 1 do Decreto nº 39.424/98, alterado pelo Decreto nº 43.127/02, por ter cometido a seguinte irregularidade, transcrita *in verbis* do Auto de Infração:

“dar início ou prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem a Licença de Operação.”

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. A empresa, tempestivamente, apresentou sua Defesa, alegando em síntese que:

- imediatamente após a lavratura do Auto de Fiscalização, urgenciou providências no sentido de contratação de empresa de consultoria e protocolo do FCE para início do processo de licenciamento corretivo;
- a despeito de estar operando sem o devido licenciamento, tem ações na área de meio ambiente, bem como dispositivos adequados de controle;
- é uma empresa de grande importância regional e atravessa momento de crise;
- entende que, do ponto de vista ambiental, é preferível uma empresa que, na prática, respeite o meio ambiente, mas que não esteja formalmente regularizada, a outra, que apesar de estar burocraticamente correta, seja uma poluidora sem cuidado algum;
- levando-se em conta que foi convocada a fazer algo, só teria cometido uma infração se descumprisse o que lhe foi determinado, ou seja, estaria sujeita ao cometimento de uma infração leve (art. 19, § 1º, inciso II do Decreto nº 39.424/98);
- ocorreram as circunstâncias atenuantes do art. 21, inciso I do Decreto nº 39.424/98 e art. 37 do Decreto nº 99.274/90;
- requer a aplicação da penalidade de advertência nos termos do art. 16, inciso I da lei nº 7.772/80 e art. 18, inciso I do Decreto nº 99.274/90;

feam

3 – O Parecer Técnico informa que na defesa não foram apontados fatos que, tecnicamente, acrescentaram informações que pudessem descaracterizar a infração indicada. Acrescenta que, conforme consta do sistema FEAM, a empresa entrou com FCE em 06/11/2001, obteve certificado de LO nº 184 em 18/06/2003, com condicionantes, válido até 18/06/2009. Conclui pela aplicação da penalidade cabível.

4 – Análise Jurídica

No entender desta Procuradoria, restou plenamente caracterizada a infração.

Não cabem as alegações de que a empresa sempre teve preocupações ambientais e de que a infração é meramente burocrática. O licenciamento ambiental é um procedimento técnico que visa justamente à verificação das condições ambientais de um empreendimento. A obrigação do devido licenciamento ambiental **previamente à operação** figura no ordenamento jurídico desde 1980 (lei nº 7.772/80), o que afasta o argumento de que a empresa apenas teria descumprido uma convocação.

A penalidade de advertência não se aplica à infração em tela, nos termos do art. 1º, parágrafo único da DN 61/02, senão vejamos:

“Parágrafo único: Desde que não importem em danos efetivos ao meio ambiente serão passíveis de advertência as infrações tipificadas pelos itens 1 e 2 do parágrafo 1º e 1,2 e 3 do parágrafo 2º do art. 19 do Decreto Estadual nº 39.424/98.”

Não se aplicam à infração em tela as circunstâncias atenuantes da reparação imediata do dano ou limitação da degradação causada e comunicação imediata do dano, uma vez que não foi a ocorrência de dano ou degradação que ensejou a lavratura do Auto de Infração.

Pela obtenção da Licença de Operação, a autuada faz jus ao benefício de redução de até 50 % do valor da multa, nos termos do art. 21, § 6º do Decreto nº 39.424/98, alterado pelo Decreto nº 43.127/02.

II) Conclusão:

Face ao exposto, remetemos os autos à Câmara de Atividades Industriais, recomendando a aplicação de uma multa no valor de R\$ 53.206,06, de acordo com o estabelecido no art. 1º, inciso III, alínea “c” (infração gravíssima, porte grande do empreendimento), c/c art. 2º, § 1º, inciso I da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, com redação dada pela DN nº 64/03, podendo ser reduzida em até

feam


3

50% pela obtenção da LO, nos termos do art. 21, § 6º do Decreto nº 39.424/98, alterado pelo Decreto nº 43.127/02.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2003.




Fernanda Viana de Carvalho
Consultora FUNDEP
OAB/MG 70.265